

Nº 42

**PNAD 2008: Primeiras análises –
O setor rural**

29 de março de 2010

Comunicados do Ipea

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
 Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
 Fernando Ferreira

Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais
 Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação)
 José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
 João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
 Líana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura
 Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
 Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
 Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Comunicação
 Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>
 Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Introdução

Mesmo com o anúncio recente dos resultados do Censo Agropecuário de 2006 – um levantamento abrangente e minucioso do panorama rural brasileiro –, as informações fornecidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008 (PNAD) acerca desse universo específico não perderam sua relevância. Ao contrário, elas constituem um rico conjunto de dados que dá a conhecer, sob outros pontos de vista, as condições de vida e trabalho da população do campo. Além disso, na medida em que seus grupos amostrais compreendem domicílios das áreas urbanas e rurais, a PNAD permite estabelecer comparações entre as realidades sociais do campo e da cidade.

O diálogo com as informações trazidas à luz pelo Censo Agropecuário é, sem dúvida, oportuno, mas deve ponderar algumas diferenças importantes entre as duas pesquisas. A PNAD é uma pesquisa de caráter amostral, e não um recenseamento; ademais, os dados nela apurados são referentes a 2008, ao passo que o Censo Agropecuário, divulgado há poucos meses, concerne ao ano de 2006. Outra distinção fundamental diz respeito ao objeto da pesquisa: para o Censo, a unidade pesquisada é o estabelecimento rural, enquanto que, para a PNAD, é o domicílio. Cumpre observar que os domicílios situados em área rural, segundo os critérios da PNAD, não correspondem rigorosamente à definição de “estabelecimento rural” adotada pelo Censo.

Convém ter em conta também que, na PNAD, a caracterização dos domicílios como “rurais” ou “urbanos” reproduz os padrões de classificação consolidados pelo Censo Demográfico de 2000. Nesse decurso de tempo, algumas localidades consideradas “rurais” pela Pesquisa podem ter sofrido modificações que, hoje, justificariam incluí-las entre as “áreas urbanas”, mas é plausível supor que, na imensa maioria dos casos, a classificação segue válida.

Para efeitos de análise, porém, as cinco categorias relacionadas à situação censitária dos domicílios de área rural – “aglomerado rural de extensão urbana”; “aglomerado rural, isolado, povoado”; “aglomerado rural, isolado, núcleo”; “aglomerado rural, isolado, outros aglomerados”; e “zona rural exclusive aglomerado rural” – foram agregadas em uma única categoria, aqui denominada simplesmente “área rural”. Não é supérfluo assinalar que, entre essas categorias, é precisamente a última – “zona rural, exclusive aglomerado rural” – a que concentra a maior parte da população do campo: 85,79%. É importante referir que, pelo desenho amostral da PNAD, as estimativas atinentes às áreas urbanas tendem a ser mais significativas, do ponto de vista estatístico, que as relacionadas às áreas rurais. Noutras palavras, um domicílio pesquisado na área rural tem maior peso relativo que um domicílio pesquisado na área urbana, isto é, o conjunto dos domicílios rurais é representado por uma amostra relativamente menor que o conjunto dos domicílios urbanos. Por essa razão, a margem de erro para as estimativas referentes à área rural é maior que a margem de erro prevista para as estimativas da área urbana.

Este Comunicado apresenta algumas características dos domicílios rurais, das formas de ocupação e das fontes de renda de seus moradores.

Iniciando pela descrição dos dados gerais sobre a população rural – sua proporção relativamente à população total e sua distribuição pelas regiões do País –, o texto procura oferecer um quadro das condições de vida nas áreas rurais a partir de alguns indicadores sociais e de desenvolvimento humano, analisados sempre em perspectiva comparativa com a população urbana. Em seguida, são estudadas as diferenças entre os trabalhos agrícola e não agrícola, em especial quanto ao grau de formalização e aos valores médios de rendimento, sem entretanto deixar de levar em conta algumas particularidades do meio rural, como a sazonalidade da produção – cuja expressão direta é o significativo percentual de empregados temporários –, e como a existência de um grande contingente de mão de obra ocupada em atividades não remuneradas, composto sobretudo pelos trabalhadores de unidades produtivas familiares e pelos trabalhadores na produção para consumo próprio.

A renda dos domicílios rurais – sua distribuição, evolução e composição – é também objeto de uma seção própria deste Comunicado. Sua última parte propõe determinar, dentro dos limites das categorias estipuladas pela PNAD, o grupo da população ocupada que estaria vinculado à agricultura familiar, e tenta traçar, a partir disso, uma correlação entre ela e a agricultura de tipo patronal.

Para identificar a evolução recente de algumas variáveis aqui examinadas, as atuais condições de moradia, trabalho e renda da população rural são comparadas aos dados correspondentes apontados nas PNADs de 2004 e de 2006. A opção por fixar o marco inicial para essas comparações temporais no ano de 2004 explica-se pelo fato de não haver, nas PNADS anteriores, registros completos para as áreas rurais da Região Norte. Como se trata precisamente da região de expansão da fronteira agrícola, não faria sentido estabelecer séries históricas mais extensas que, conquanto pudessem ser úteis à avaliação de dados regionais, teriam aplicação restrita ao estudo da realidade nacional do tema aqui tratado.

1. Dados gerais

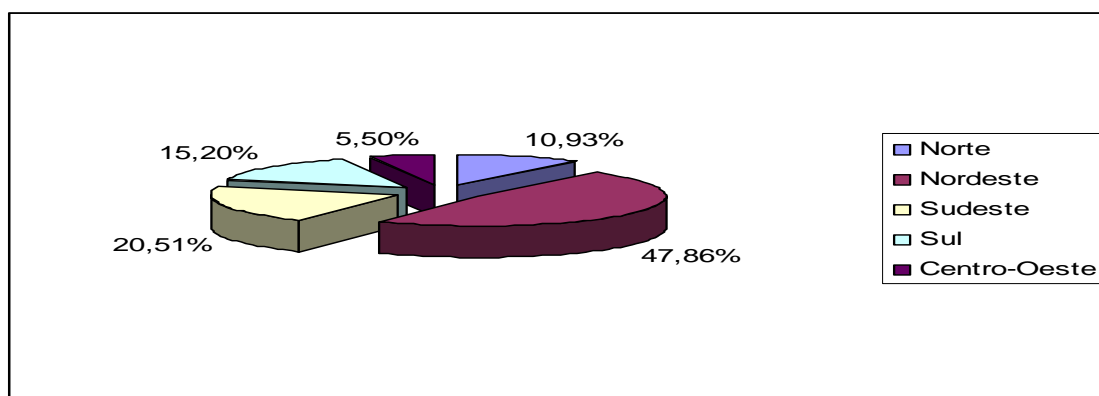
Segundo a PNAD 2008, os domicílios rurais abrigam pouco mais de 16% do total de habitantes no País. Essa proporção é maior nas regiões Nordeste e Norte, com 27,6% e 22%, respectivamente. O Sudeste é a região mais urbanizada do País, com apenas 8% de sua população residindo na zona rural. Paradoxalmente, é no Sudeste que está a segunda maior concentração de população rural, representando 20,5% da população rural brasileira. Nesse quesito, só perde para a região Nordeste que concentra 48% da população rural.

Tabela 1 – População residente por situação do domicílio – Brasil e grandes regiões – 2008

Brasil e Região	Situação do domicílio	
	Urbana	Rural
Brasil	83,75%	16,25%
Norte	77,99%	22,01%
Nordeste	72,39%	27,61%
Sudeste	92,07%	7,93%
Sul	82,98%	17,02%
Centro-Oeste	87,69%	12,32%

Fonte: IBGE PNAD 2008. Elaboração: Disoc/Ipea

Gráfico 1 – Distribuição da população rural por grandes regiões – 2008



Fonte: IBGE-SIDRA PNAD 2008. Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados sobre educação evidenciam que a população rural continua menos favorecida que a urbana. A taxa de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos é de 7,5% na zona urbana e de 23,5% na zona rural. Enquanto, nas cidades, **9%** da população têm pouca ou nenhuma instrução, no campo, tal proporção ultrapassa **24%**. Em outro extremo, a população mais escolarizada, acima de 11 anos de estudo, representa mais de **40%** da população urbana e apenas **12,8%** da população rural. A maioria da população do campo – 73% - não completou o ensino fundamental.

Este quadro é semelhante ao apresentado pelo Censo Agropecuário 2006, de acordo com o qual, a maior parte dos produtores rurais era analfabeta ou sabia ler e escrever sem ter freqüentado a escola (39%) ou não possuía o ensino fundamental completo (43%). Assim, constata-se a baixa escolaridade imperante no setor primário da economia brasileira o que, associado com a carência de orientação técnica, implica, entre outros efeitos, na persistente pauperização do campo e em danos ambientais e à saúde da população oriundos do uso inadequado de insumos agrícolas, como adubação e agrotóxicos¹.

¹ O Censo Agropecuário 2006 informa ainda que 56,3% dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não receberam qualquer orientação técnica, e que em 21,3% os trabalhadores não utilizavam qualquer equipamento de proteção individual (A maior parte dos estabelecimentos que notificaram o uso de algum tipo de proteção, citaram, como equipamentos, “botas” e “chapéus”. O baixo índice de escolaridade está entre os fatores socioeconômicos que agravam o risco de envenenamento. São de 2003 os últimos registros do Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas (Sinitox), órgão vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Naquele ano, teria havido 14.064 ocorrências em todo o Brasil, das quais 6.769 na Região Sudeste. Foram 238 mortes. Porém, a ANVISA chama a atenção para o elevado índice de subnotificação: para cada caso conhecido, 50 não são informados.

Tabela 2 – Anos de estudos para pessoas com 15 anos de idade ou mais por situação do domicílio – Brasil – 2008

Anos de estudo	Pop. Rural	Pop. Urbana
Sem instrução e menos de 1 ano	24,12%	9,01%
1 a 3 anos	18,50%	8,47%
3 a 7 anos	30,48%	22,46%
8 a 10 anos	13,87%	19,35%
11 a 14 anos	11,21%	31,47%
15 anos ou mais	1,60%	9,05%
Não determinado	0,10%	0,19%

Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

A PNAD mostra que a população rural ainda carece de serviços básicos de saneamento. Um terço dos domicílios rurais não possui água encanada, ao passo que, nas cidades, não atinge 3%. Com relação à existência de banheiros, a situação melhora um pouco no campo: 80% dos domicílios possuem ao menos um banheiro ou sanitário, porém, se comparada com a zona urbana, há uma discrepância relevante, uma vez que nesta área quase cem por cento dos domicílios possuem banheiro. Diferença mais acentuada é notada ao se analisar a forma de escoadouro do banheiro ou sanitário. Na zona rural, quase 60% dos domicílios utilizam fossa rudimentar. Já nas áreas urbanas, a forma de escoadouro predominante é a rede coletora de esgoto ou pluvial, que representa mais de 60% do total.

A forma de tratamento de lixo também se apresenta de formas e proporções diferentes entre as áreas urbanas e as rurais. Nas cidades, quase a totalidade do lixo é eliminado via coleta direta ou indireta. No campo, a forma predominante de tratamento do lixo é a queima ou enterramento na propriedade, representando 58% do total. Isso evidencia, de um lado, dificuldades logísticas do serviço de coleta de lixo para atender as áreas rurais e, de outro, o potencial (pouco aproveitado) dos domicílios do campo em eliminar ou reaproveitar os resíduos, sobretudo os orgânicos, que poderiam ser utilizados na adubação da lavoura.

Tabela 3 – Saneamento – categorias selecionadas, por situação do domicílio – Brasil – 2008

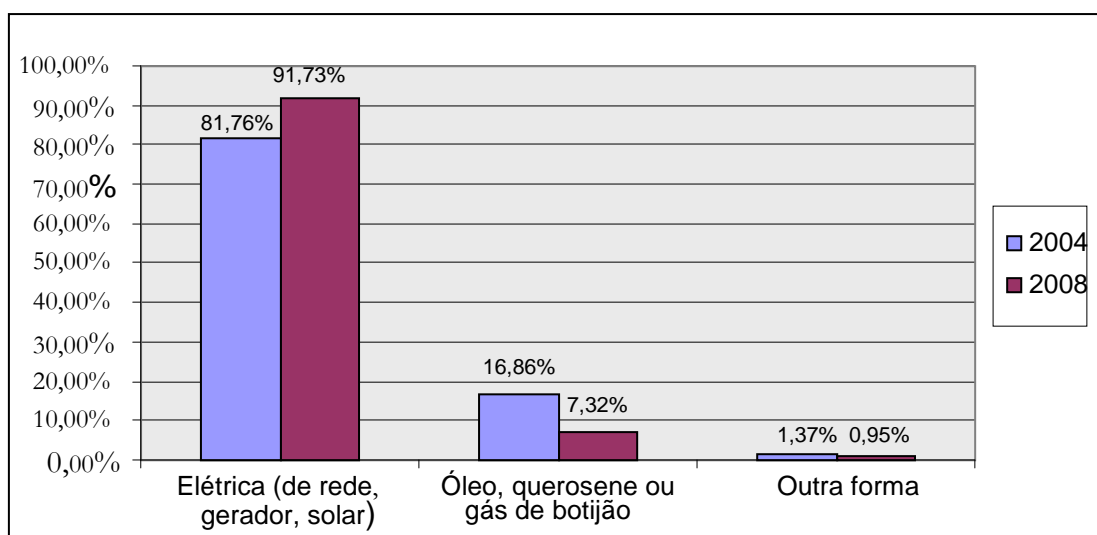
Saneamento - categorias selecionadas		Domicílios rurais	Domicílios urbanos
Tem água canalizada para, pelo menos, um cômodo	Sim	66,91%	97,19%
	Não	33,09%	2,81%
Existe banheiro ou sanitário no domicílio ou propriedade	Sim	80,65%	98,86%
	Não	19,35%	1,14%
Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário	Rede coletora de esgoto ou pluvial	7,39%	61,42%
	Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou Pluvial	1,72%	7,84%
	Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	22%	13,37%
	Fossa rudimentar	58,19%	14,15%
	Vala	6,35%	1,30%
	Direto para o rio, lago ou mar	3,69%	1,81%
	Outra forma	0,67%	0,11%

Tratamento do lixo	Coletado direta ou indiretamente	30,17%	98,10%
	Queimado ou enterrado na propriedade	58,25%	-
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	10,90%	-
	Jogado em rio, lago ou mar ou outro destino	0,68%	1,90%

Fonte: PNAD 2008. Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados sobre forma de iluminação do domicílio trazem um aspecto interessante a respeito do fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais. Em 2004, 81% dos domicílios rurais eram atendidos por energia elétrica. Essa proporção, em 2008, foi para 91%, um crescimento de 12% em quatro anos. Trata-se de um ganho significativo e que pode ser atribuído, em boa medida, ao programa de eletrificação rural implementado pelo Governo Federal a partir de 2004.

Gráfico 2 - Forma de iluminação dos domicílios rurais – Brasil - 2004 e 2008



Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

2. Renda

A comparação entre os rendimentos da população residente em área rural e da população com domicílio em área urbana revela uma acentuada disparidade, tanto no que respeita à renda domiciliar *per capita* quanto no que toca às remunerações médias das pessoas economicamente ativas. A tabela 1 mostra que a renda mensal domiciliar *per capita* da população rural é inferior à metade da renda do mesmo tipo verificada nos domicílios de área urbana.

Tabela 1: Renda domiciliar *per capita* média segundo a situação do domicílio

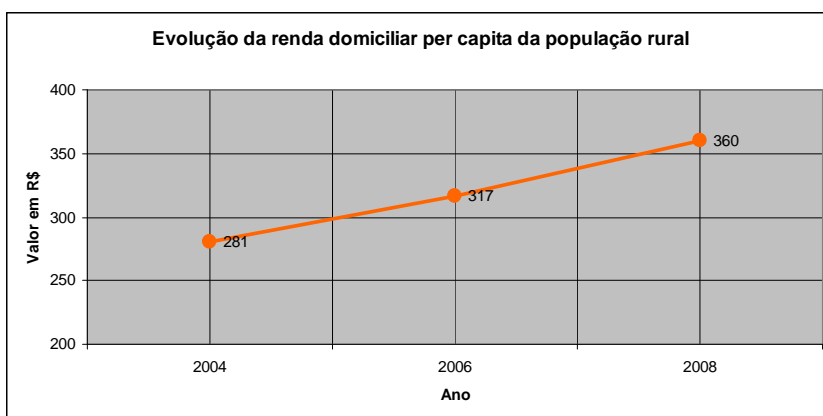
Situação do Domicílio	Renda domiciliar <i>per capita</i> média
Área urbana	R\$ 786
Área rural	R\$ 360

Fonte: PNAD 2008

Se o Censo Agropecuário de 2006 demonstrou que a concentração da propriedade rural, segundo o índice de Gini, continua bastante alta no País – 0,854, valor próximo a 1, correspondente ao grau máximo de desigualdade –, a PNAD permite, com base na mesma medida, verificar que essa tendência se aplica também à distribuição da renda domiciliar no campo: enquanto o índice de Gini referente à distribuição geral da renda domiciliar do País era de 0,515, para o universo dos domicílios situados na área rural essa razão era de 0,727.

Não obstante, em termos comparativos e absolutos, a renda domiciliar *per capita* seja bastante baixa, é possível verificar, conforme aponta o Gráfico 1, que ela se elevou, em valores reais, em quase 30%, no período compreendido entre 2004 e 2008. Essa ascensão coincide, como adiante se verá, com o aumento da renda do trabalho na área rural, considerando as ocupações agrícolas e não agrícolas.

Gráfico 1



Fonte: PNAD 2004, 2006, 2008 (valores deflacionados)

O padrão de distribuição da renda domiciliar *per capita* rural é apresentado na tabela 2: em cerca de $\frac{3}{4}$ dos domicílios, onde viviam aproximadamente 80% de toda a população residente em áreas rurais, a renda domiciliar *per capita* era inferior ou igual a um salário mínimo, segundo o valor vigente em 2008. Na área urbana, essa faixa de renda abrangia 46,35% dos domicílios.

Tabela 2: Renda domiciliar *per capita*, por classe de rendimento, dos domicílios em área rural

Faixa de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Domicílios situados em área rural	
	Nº	%
Sem rendimento	121.514	1,40%
Até $\frac{1}{4}$ salário mínimo	1.623.097	18,69%
Mais de $\frac{1}{4}$ até $\frac{1}{2}$ salário mínimo	2.121.607	24,43%
Mais de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo	2.598.316	29,92%

Mais de 1 até 2 salários mínimos	1.497.224	17,24%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	315.484	3,63%
Mais de 3 até 5 salários mínimos	154.593	1,78%
Mais de 5 salários mínimos	89.839	1,03%
Sem declaração	162.321	1,87%
Total	8.683.995	100,00%

Fonte: PNAD 2008

Outra diferença significativa manifesta-se quando são considerados, segundo a localização dos domicílios, os rendimentos médios da população economicamente ativa, isto é, do universo formado pela população ocupada e pela população não ocupada acima de 10 anos de idade. Como se observa na tabela 2, a renda média mensal da população economicamente ativa, residente em área rural, representa apenas 43% da renda de mesmo tipo auferida pela população economicamente ativa com domicílio em área urbana.

Tabela 2: Renda média mensal da PEA segundo a situação do domicílio

Situação do Domicílio	Rendimento Médio Mensal
Área urbana	R\$ 1.056
Área rural	R\$ 453

Fonte: PNAD 2008

Dentro do universo específico da população rural, a distribuição dos rendimentos médios mensais da população economicamente ativa por região (tabela 3) torna visíveis outros importantes traços de desigualdade, não apenas quanto às variações relativas entre os grandes agrupamentos regionais, mas, sobretudo, no que diz respeito à diferença entre a renda no Nordeste – R\$ 296, valor inferior ao salário mínimo, justamente na região onde é maior a proporção de pessoas vivendo em áreas rurais – e a média dos valores correspondentes nas demais regiões: R\$ 578,75.

Tabela 3: Renda média mensal da PEA rural por região

Região	Renda média mensal (em R\$)
Nordeste	296
Norte	493
Sudeste	583
Sul	633
Centro-Oeste	606

Fonte: PNAD 2008

O padrão de distribuição de rendimento da população rural toma outra configuração – também acentuadamente desigual – quando se estimam, dentro desse universo, os valores médios auferidos por homens e mulheres. A renda média mensal dos homens equivale quase ao dobro da renda correspondente

das mulheres. A diferença é menor no Nordeste: conforme se vê pela tabela 4, na região mais pobre do País, o grau de precarização das relações de trabalho, que se exprime em uma renda média inferior ao salário mínimo da época, torna próximos os valores recebidos por homens e mulheres. De outra parte, nas regiões Sul e Centro-Oeste, a remuneração média recebida por mulheres não chega a 50% da dos homens, configurando a maior desigualdade no País entre os sexos.

Tabela 4: Valor do rendimento médio mensal da PEA rural por região e por sexo

Brasil e regiões	Valor (em R\$) do rendimento médio mensal da PEA rural	
	Homem	Mulher
Brasil	548	299
Norte	587	308
Nordeste	337	230
Sudeste	709	380
Sul	825	362
Centro-Oeste	768	332

Fonte: PNAD 2008

No que diz respeito à população ocupada, acima de 10 anos de idade, podem ser captadas duas modalidades de diferença de rendimentos: quanto à situação do domicílio – urbano e rural – e quanto ao tipo de atividade – agrícola e não agrícola –, conforme mostram as tabelas 5 e 6, respectivamente:

Tabela 5: Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo a situação do domicílio

Situação do domicílio	Rendimento médio mensal (em R\$) do trabalho principal
Rural	360
Urbano	1.017

Fonte: PNAD 2008

Tabela 6: Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal, segundo o tipo de atividade

Atividade do trabalho principal	Rendimento médio mensal (em R\$) do trabalho principal
Agrícola	335
Não agrícola	1.020

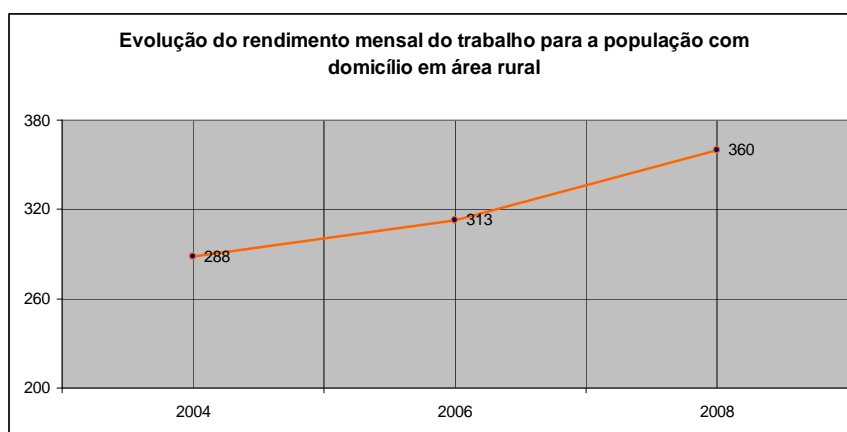
Fonte: PNAD 2008

A ligeira superioridade do rendimento médio dos domicílios rurais (tabela 5) sobre o rendimento médio da ocupação agrícola (tabela 6) explica-se pela participação, no primeiro, das rendas provenientes de atividades não agrícolas.

Noutras palavras, a renda dos domicílios rurais engloba, além dos rendimentos da ocupação agrícola, rendimentos da ocupação não agrícola, que, mesmo nas áreas rurais, é mais bem remunerada que a primeira. A diferença torna-se mais patente se comparados os ganhos decorrentes de trabalho agrícola e não agrícola, considerando apenas os domicílios da área rural: nesse universo, o rendimento médio do trabalho é de R\$ 266, para as ocupações agrícolas, e de R\$ 571, para as não agrícolas.

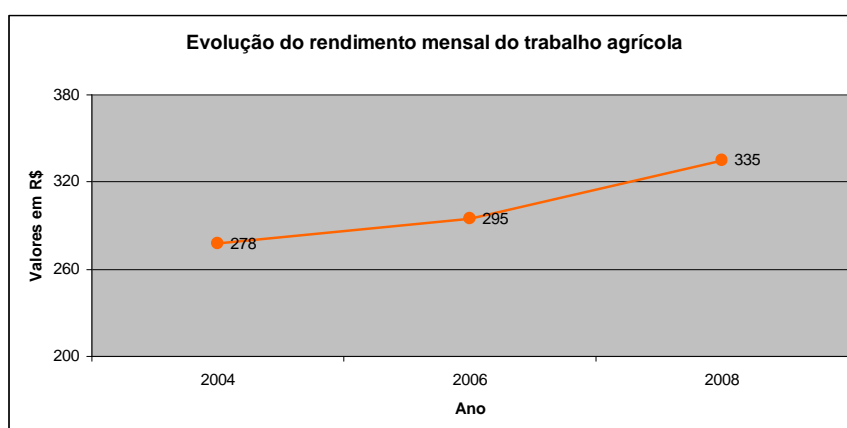
Apesar de, nos dois casos, as rendas médias do trabalho relativas à população rural e agrícola não perfazerem sequer a metade da renda média do trabalho urbano ou não agrícola, observa-se, segundo os Gráficos 2 e 3, que elas aumentaram em 25% e 20%, respectivamente, em valores reais, de 2004 a 2008.

Gráfico 2



Fonte: PNAD 2004, 2006, 2008 (valores deflacionados)

Gráfico 3



Fonte: PNAD 2004, 2006, 2008 (valores deflacionados)

Embora se tenha constatado essa tendência de crescimento do valor real dos rendimentos do trabalho relativos à população rural e à população ocupada em atividade agrícola, eles ainda eram inferiores ao valor do salário mínimo vigente em setembro de 2008, e representavam menos da metade dos valores correlacionados à população urbana e à população ocupada cujo

trabalho principal era de tipo não agrícola. Essa forte incidência, no universo das ocupações agrícolas, de rendimentos menores que o valor do salário mínimo é confirmada pelos dados apresentados na tabela seguinte:

Tabela 7: Rendimento, por classes, das pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas em atividade agrícola

Classes de rendimento mensal do trabalho principal	População ocupada em atividade agrícola
Até 1/2 salário mínimo	16%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	14,50%
Mais de 2 a 5 salários mínimos	5,80%
Mais de 5 salários mínimos	1,70%
Sem rendimento	43%

Fonte: PNAD 2008

O alto percentual registrado na linha concernente à população ocupada sem rendimento e cujo trabalho principal é de tipo agrícola agrega duas classes específicas de trabalhadores rurais: os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e os trabalhadores na produção para o próprio consumo. A tabela 8 mostra como essas e as demais ocupações agrícolas que, em conjunto, respondem pela quase totalidade da população em atividade no setor, se diferenciavam segundo sua renda domiciliar *per capita*.

Com efeito, de seis grupos – empregados permanentes e temporários, trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores não remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo – cinco concentravam a maior parte de seu contingente entre faixas de rendimento domiciliar *per capita* que variavam de menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo a 2 salários mínimos: em 2008 a maior parte dos empregados permanentes (36,20%), temporários (32,33%) e dos produtores por conta própria (26,90%) vivia em domicílios cuja renda *per capita* variava entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo.

O grupo dos empregadores rurais – característico da agricultura patronal ou de tipo não familiar e que representava 2,77% da população ocupada no setor – concentrava os maiores níveis de rendimento domiciliar *per capita*: sua maioria está compreendida entre as faixas “mais de $\frac{1}{2}$ de salário mínimo” e “mais de 5 salários mínimos”, por membro do domicílio.

Tabela 8: Renda domiciliar *per capita* por tipo de ocupação e por classe de rendimento mensal *per capita* _ em %

Condição de ocupação no setor agropecuário	Faixa de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (em %)								
	Sem rendimento	Até ¼ SM	Mais de ¼ até ½ SM	Mais de ½ até 1 SM	Mais de 1 até 2 SM	Mais de 2 até 3 SM	Mais de 3 até 5 SM	Mais de 5 SM	Sem decl.
Empregado permanente na agricultura, silvicultura ou pecuária	0,00%	10,00%	29,43%	36,20%	19,11%	2,13%	0,95%	0,68%	1,50%
Empregado temporário	0,0	22,13%	30,79%	32,33%	12,35%	0,75%	0,05%	0,04%	1,56%
Conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária (sem empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado)	0,01%	19,40%	21,54%	26,90%	20,12%	4,45%	2,42%	1,12%	4,03%
Empregador na agricultura, silvicultura ou pecuária (com pelo menos 1 empregado)	0,00%	2,71%	9,09%	15,06%	24,34%	13,42%	12,39%	17,64%	5,35%
Trabalhador não remunerado (membro de unidade domiciliar)	0,00%	29,20%	28,27%	23,20%	11,62%	2,80%	1,19%	0,57%	3,16%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,92%	26,26%	24,98%	28,85%	11,84%	2,09%	1,19%	0,41%	1,47%

Fonte: PNAD 2008

É preciso levar em conta que os trabalhadores não remunerados membros da unidade domiciliar e os trabalhadores na produção para o próprio consumo não têm rendimento; logo, se fossem os únicos ocupados no domicílio, este teria renda domiciliar igual a 0 – caso, aliás, de 2,92% dos trabalhadores na produção para o próprio consumo, cujos domicílios constituem unidades agrícolas predominantemente voltadas à subsistência. Portanto, os trabalhadores daquelas duas categorias que apresentavam uma renda domiciliar *per capita* quantificada residiam em domicílios onde vivia pelo menos um trabalhador com rendimento – quase sempre um empregado permanente ou temporário em atividade agropecuária ou, ainda, um produtor por conta própria.

Os rendimentos médios mensais dos empregados permanentes e dos trabalhadores por conta própria eram, como mostra a tabela 9, bastante próximos entre si: R\$ 567 e R\$ 509, respectivamente. Chama atenção na mesma tabela o contraste entre o rendimento médio mensal do empregado temporário, cujo valor era inferior ao salário mínimo praticado no mês de referência da pesquisa, e o alto rendimento médio mensal do empregador.

Tabela 9: Rendimento médio mensal por ocupação agrícola

Tipo de ocupação	Rendimento médio mensal (em R\$)
Empregado permanente na agricultura, silvicultura ou pecuária	567
Empregado temporário	344
Conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária (sem empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado)	509
Empregador na agricultura, silvicultura ou pecuária (com pelo menos 1 empregado)	2.552

Fonte: PNAD 2008

Além da renda advinda da ocupação direta, rendimentos de outras fontes têm importância bastante expressiva na composição da renda domiciliar da população rural. Segundo a PNAD, 33,11% dos domicílios rurais (tabela 10) tinham, entre seus moradores, pelo menos um aposentado ou pensionista. Não é possível estimar, dispondo apenas de dados da PNAD, a proporção desses beneficiários que formava a clientela específica da previdência rural, assim como é difícil precisar quantos beneficiários da previdência rural viviam, de fato, em áreas rurais.² Por outro lado, uma vez que 70% dos benefícios pagos pela previdência não excedem o valor de um salário mínimo e visto ser este o valor típico da previdência rural, pode-se afirmar que a quase totalidade dos rendimentos previdenciários pagos a moradores de áreas rurais correspondia a esse piso.

Tabela 10: Proporção dos domicílios onde vivia pelo menos um aposentado ou pensionista

Domicílios	não possui aposentados/pensionistas	possui aposentados/pensionistas
8.496.085	5.683.083	2.813.002
100%	66,89%	33,11%

Fonte: PNAD 2008

Benefícios de programas sociais, como o Bolsa Família, adicionam um importante componente à renda domiciliar da população rural. Com a ressalva de que o desenho amostral da PNAD não permite aferir com o rigor desejável o número de beneficiários do Bolsa Família, e de que, além disso, o viés notadamente urbano da pesquisa torna mais difícil esse levantamento nas áreas rurais, pode-se afirmar que, em 2008, cerca de 26% dos domicílios situados em área rural recebiam o benefício. O índice é menor que o registrado

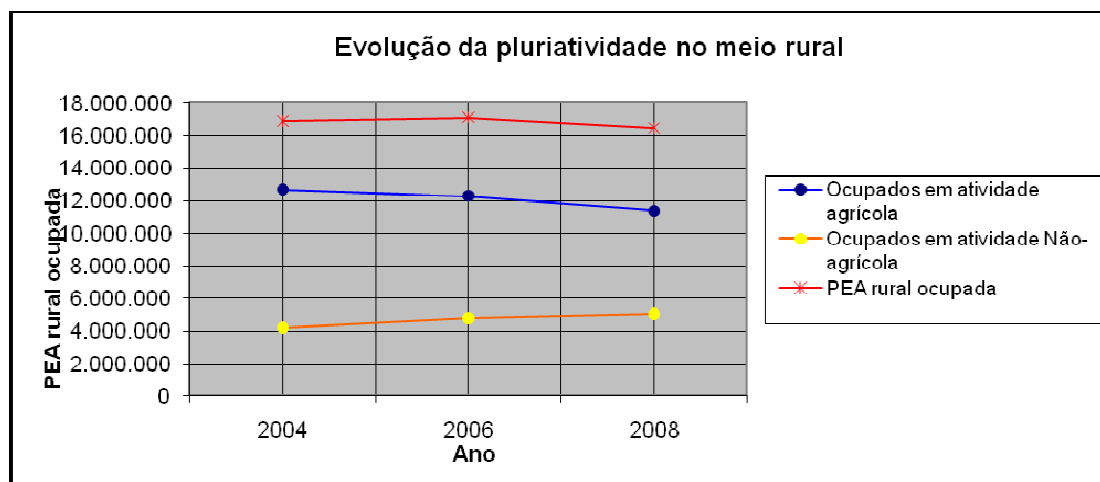
² Foram emitidos 7,8 milhões de benefícios para a clientela rural em setembro de 2008, mas o número de moradores das áreas rurais que receberam, na mesma época, benefícios de instituto de previdência, era de 4,2 milhões. Essa diferença explica-se pelo fato de muitos beneficiários da previdência rural viverem nas sedes municipais, consideradas áreas “urbanas” segundo a classificação da PNAD.

pela PNAD 2006, quando o questionário da pesquisa foi acrescido de um suplemento para detectar a cobertura do Programa: constatou-se, naquele ano, que 31,48% dos domicílios rurais recebiam benefícios do Bolsa Família. Essa aparente redução revela ser menos significativa do ponto de vista do número estimado de domicílios atingidos pelo Programa – 2,6 milhões em 2006 e 2,3 milhões em 2008 –, e deve ser imputada às diferenças entre as amostras e, sobretudo, à incongruência entre o código censitário adotado pelo IBGE e os critérios pelos quais o Ministério do Desenvolvimento Social classifica como rural ou urbano um domicílio cadastrado no Bolsa Família.

3. Relações de trabalho no meio rural

A PNAD 2008 confirma a tendência de expansão do número de ocupados em atividades não agrícolas no meio rural. Entre 2004 e 2008, as ocupações não agrícolas cresceram, embora o seu peso no total das ocupações tenha sido influenciado também pela queda da PEA rural ocupada. Em contrapartida, as ocupações agrícolas seguem em queda tanto em números absolutos quanto relativos entre 2004 e 2008. Estas tendências reforçam as teses que apontam para a modificação paulatina do meio rural brasileiro, cujo dinamismo vem alterando o perfil e a distribuição das ocupações, reduzindo a dependência das famílias em relação aos rendimentos agrícolas.

Gráfico 1



Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/lpea

A diminuição total da PEA rural tem como um dos fatores explicativos o avanço dos perímetros urbanos e a criação de novos municípios, que convertem áreas até então rurais em urbanas, por conta de decisões legais. No âmbito estrito das atividades agrícolas, a introdução de novas tecnologias e formas de manejo agrícola justificam a diminuição das ocupações agrícolas.

Tabela 1: População (5 anos ou mais de idade) com domicílio em área rural por posição na ocupação

Tipo de ocupação	2004		2006		2008	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ocupação agrícola	12.685.176	75,18%	12.279.034	71,89%	11.373.152	69,20%
Ocupação não agrícola	4.187.085	24,82%	4.801.278	28,1%	5.068.318	30,80%

Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea.

A PNAD 2008 confirma o observado em anos anteriores (tabela 2), qual seja a forte desigualdade entre homens e mulheres nas ocupações do grupamento agrícola. A proporção de mulheres em atividades precárias e não remuneradas (incluindo a produção para o próprio consumo) é significativamente maior que a de homens dedicados a estas atividades. O mesmo não se verifica nas atividades remuneradas, em que os homens representam mais que 85% da força de trabalho empregada em todas as condições de ocupação.

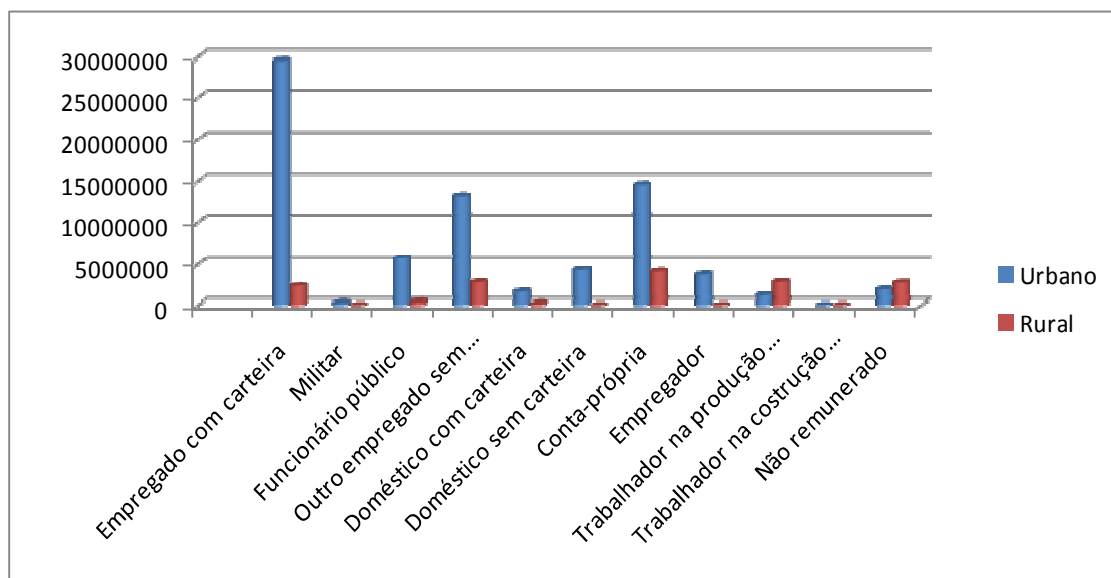
Tabela 2 – Participação de homens e mulheres nas ocupações do grupamento agrícola

Posição na Ocupação	HOMENS		MULHERES		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº
Empregados	4.172.392	88,36%	549.385	11,64%	4.721.777
Conta própria	3.511.650	86,92%	528.235	13,08%	4.039.885
Empregadores	434.815	90,96%	43.212	9,04%	478.027
Não remunerados	2.832.872	41,29%	4.027.671	58,71%	6.860.543
Total	10.951.729	68,02%	5.148.503	31,98%	16.100.232

Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

O urbano e o rural constituem realidades díspares tanto em relação à distribuição geográfica da população ocupada quanto em relação à posição dos ocupados. À concentração urbana dos trabalhadores se contrapõe uma baixa participação da população rural no total de ocupados, resultado de todo o processo de concentração fundiária e de expulsão da população rural ao longo do século XX. As políticas públicas dirigidas ao fortalecimento do agronegócio intensificam e reproduzem esta herança. Deparando-se com as evidentes disparidades do gráfico é fácil entender como o meio urbano se constituiu historicamente enquanto pólo de atração de uma massa de trabalhadores em busca de meios para subsistir. Os trabalhadores rurais ultrapassam em quantidade os trabalhadores urbanos apenas entre os ocupados na produção para o próprio consumo e entre os não remunerados, consequência da elevada participação da agricultura familiar na PEA rural ocupada.

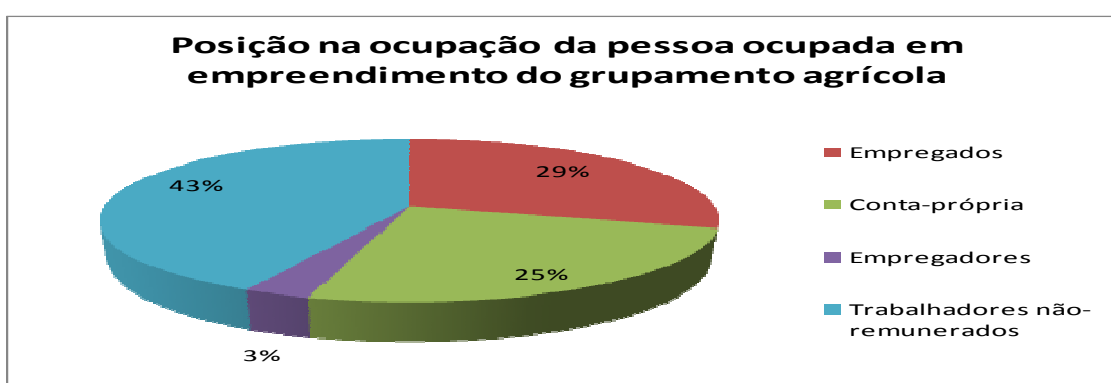
Gráfico 2: Comparativo da distribuição da população em área urbana e rural por posição na ocupação



Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

Os trabalhadores não remunerados constituem o maior contingente de ocupados no grupamento agrícola, representando 43% da mão de obra rurícola. Apesar da ausência de remuneração, uma hipótese plausível sugere que a maior parte destes trabalhadores vive em domicílio em que a família possui alguma fonte de renda. Porém, dada a expressividade do número de não remunerados no total da força de trabalho ocupada, é provável que no interior deste contingente encontremos relações precárias de trabalho e desemprego. Este cenário confirma a atualidade e urgência da reforma agrária como única forma de superar as condições precárias de vida e a pobreza que caracteriza o meio rural brasileiro.

Gráfico 3

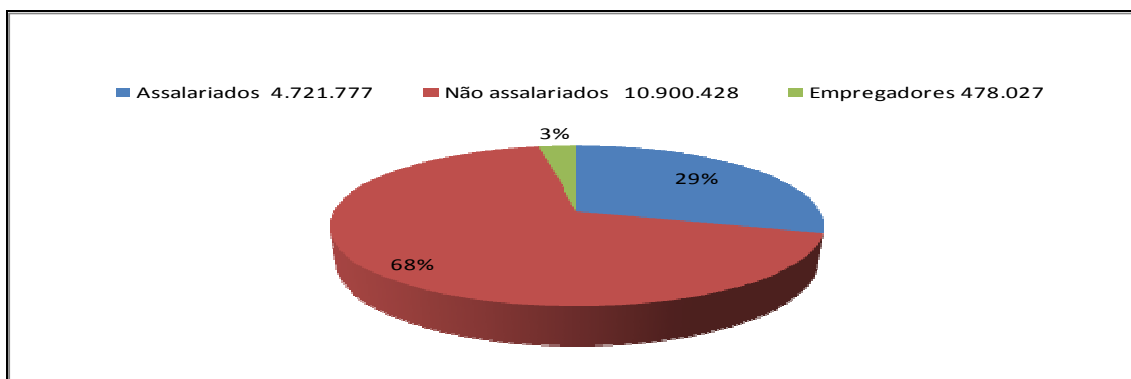


Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

Mais da metade dos trabalhadores do grupamento agrícola estão fora de qualquer relação de assalariamento, o que desafia a estrutura do sistema de direitos e garantias sociais, fundadas nas relações de trabalho centradas no emprego formal. Este elevado contingente está sujeito a uma renda instável, sujeita a um conjunto de fatores sobre os quais os trabalhadores não possuem controle. O risco de uma renda insuficiente ao provimento de bens e

necessidades básicas reforça a importância da previdência social e dos programas sociais de transferência de renda do governo federal no meio rural.

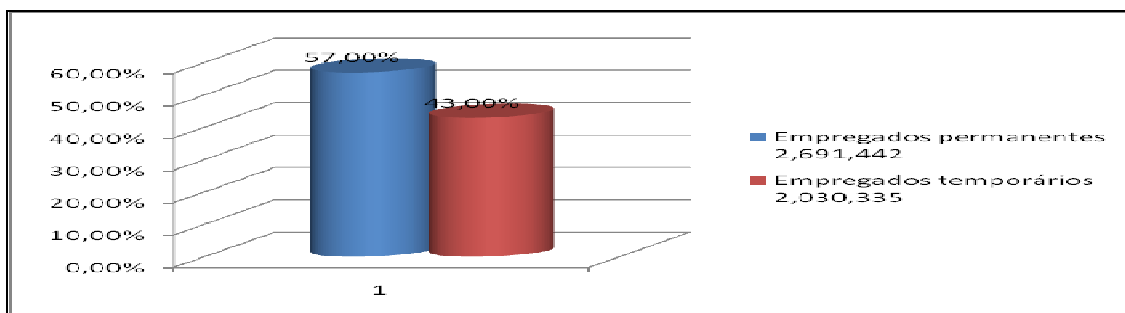
Gráfico 4: Relação de assalariamento no grupamento agrícola



Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

A PNAD 2008 mostra que o emprego temporário ainda é um elemento estruturante do mercado de trabalho agrícola, respondendo por 43% do total de empregados ocupados. A alta taxa de participação dos temporários sintetiza algumas das características ainda dominantes na área rural: sazonalidade das ocupações, relações de trabalho altamente instáveis, baixos salários, trabalho braçal e extenuante e péssimas condições de trabalho.

Gráfico 5: Empregados permanentes e temporários do grupamento agrícola

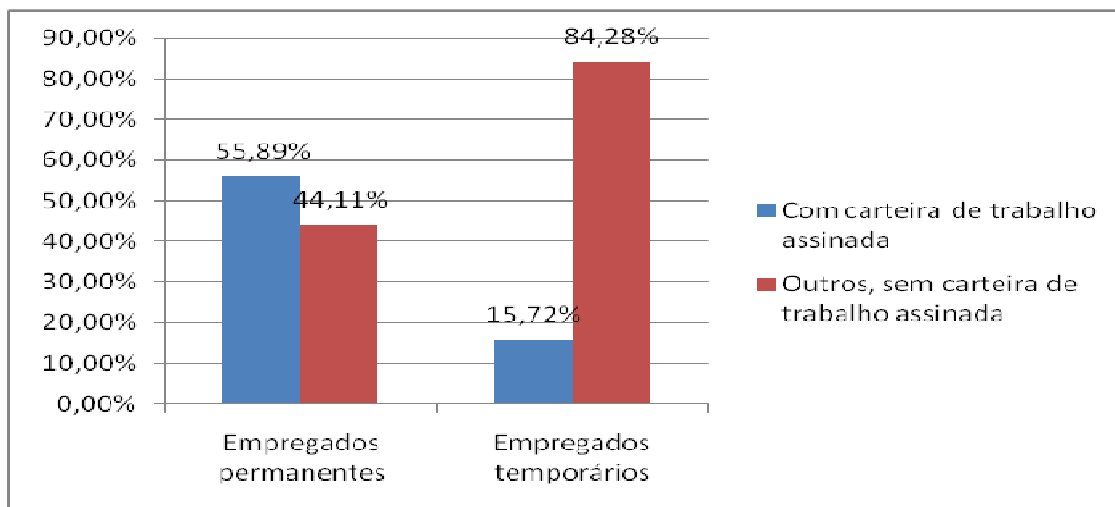


Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

O baixo assalariamento é agravado pela precarização das relações de trabalho no setor empregado do grupamento agrícola. O gráfico 5 mostra ainda que tanto o emprego temporário quanto o emprego permanente possuem uma taxa muito elevada de informalidade, dificultando o acesso destes trabalhadores aos direitos que compõem o patrimônio social associado às relações de trabalho.

Em virtude do período de captação da pesquisa, não é possível analisar os possíveis efeitos da lei 11.718/2008, que alterou dispositivos relativos aos direitos do trabalhador rural temporário. O dispositivo aprovado estende ao rural temporário o acesso a todos os benefícios da previdência social.

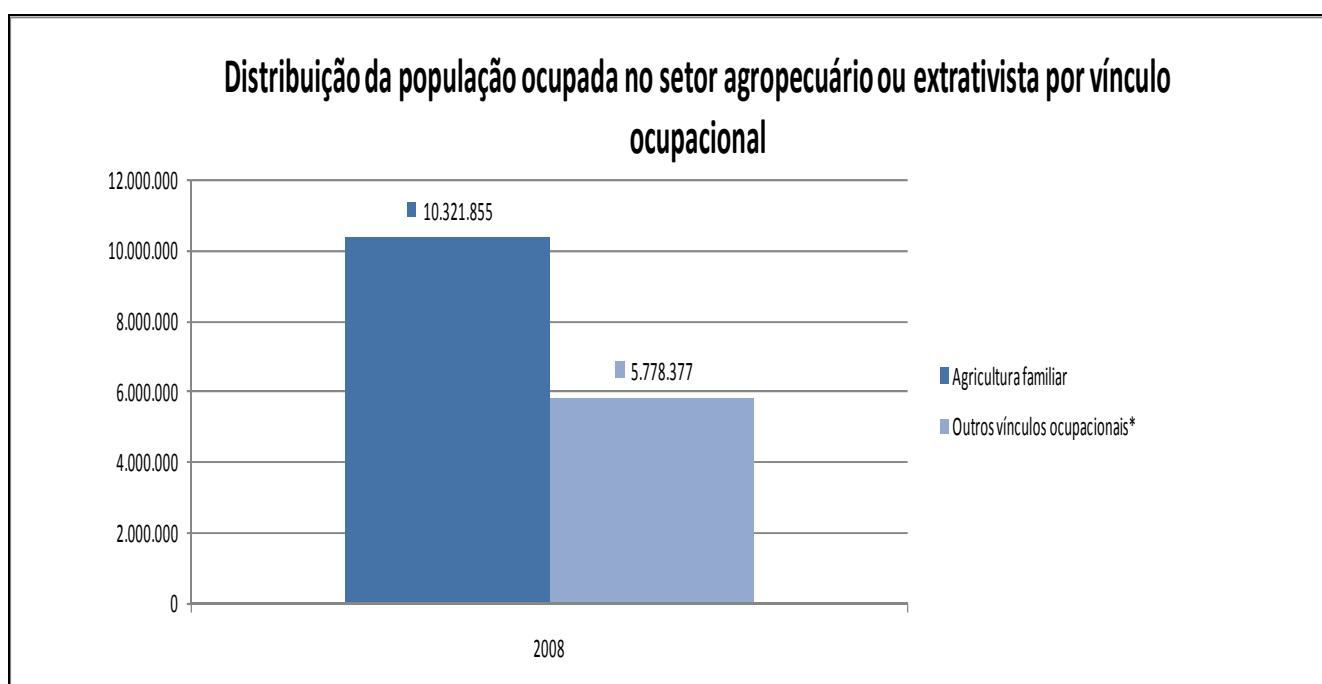
Gráfico 6: Grau de formalização das relações de trabalho entre os empregados do grupamento agrícola



Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados da PNAD confirmam o que o Censo Agropecuário 2006 já havia revelado: a agricultura familiar é responsável pela grande maioria das ocupações se comparada com todos os demais vínculos ocupacionais, incluindo-se aí os postos de trabalho gerados pelo agronegócio. Ressalte-se, contudo, que este critério de identificação – isto é, trabalhadores por conta própria que contam ou não com a ajuda de trabalhadores não remunerados acrescido dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e dos não remunerados – é restritivo, pois a lei 11.326/2006 não exclui a possibilidade de existir trabalho contratado, algo que a classificação da PNAD aqui adotada para nomear este grupo não incorpora.

Gráfico 7



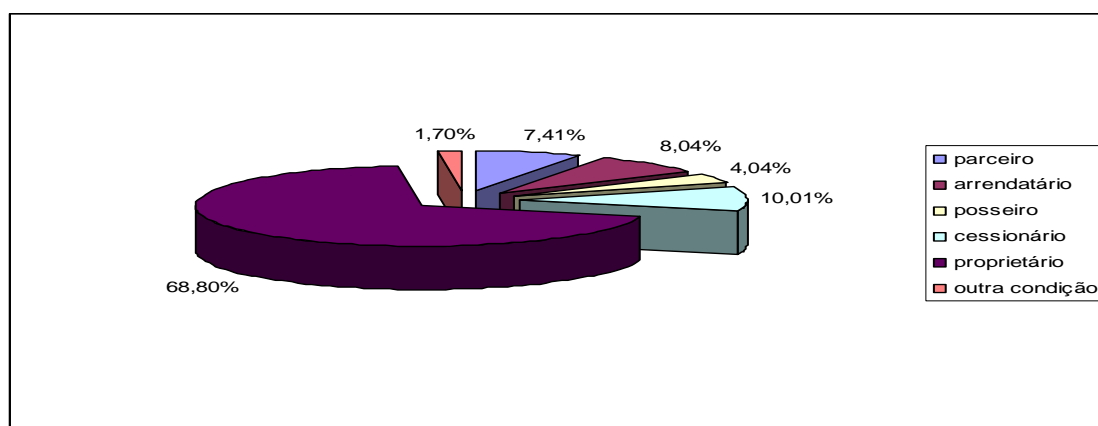
Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

4. Agricultura familiar

Procurou-se efetuar, a partir dos dados da PNAD 2008, uma análise da agricultura familiar. Para tanto, foram tratadas informações sobre ocupação agrícola. Para efeitos da análise ora proposta, é considerada pertencente ao universo da agricultura familiar, dentro da categoria “condição de ocupação no setor agropecuário”, a variável “conta própria na agricultura, silvicultura ou pecuária”. As categorias “trabalhador na produção para o próprio consumo” e “trabalhador não remunerado – membro de unidade familiar”, apesar de integrarem o universo da agricultura familiar, não foram consideradas a fim de evitar sobreposições de um mesmo domicílio. Assim, com a categoria escolhida, espera-se chegar o mais próximo possível das unidades familiares dedicadas à agricultura. Por certo, o universo ora delimitado ainda está subestimado em relação à categoria legal “agricultor familiar” estabelecido pela Lei 11.326/2006, uma vez que esta enquadra a possibilidade de trabalho contratado, o que, pelos critérios da PNAD, estaria na categoria “empregador”.

A partir da definição ora adotada, observa-se que, segundo os dados da PNAD, cerca de 70% dos agricultores familiares detêm a propriedade da terra onde produzem. Por outro lado, ainda são consideráveis as formas precárias de acesso a terra (parceria, arrendamento, posse e cessão), que somam 30% do conjunto.

Gráfico 4 - Condição em relação ao empreendimento agrícola - Agricultura Familiar (Conta própria na agropecuária) – Brasil – 2008



Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados sobre comercialização permitem constatar alguns aspectos relevantes do comportamento econômico da agricultura familiar. A grande maioria dos agricultores familiares efetua sua produção sem definir previamente seu destino. Mais de 70% dos agricultores não assumiram o compromisso de venda de alguma parte da produção. Apesar disso, quase 80% dos agricultores familiares venderam alguma parte do que produziram. Importante a comparação com os empregadores na agricultura, dentre os quais, a despeito de 86% venderem parte de sua produção, apenas 40% assumiram o compromisso prévio de vendê-la.

Tabela 4 – Comercialização – categorias selecionadas, por condição de ocupação – Brasil – 2008

Comercialização - categorias selecionadas		Agricultura familiar (Conta própria)	Empregador na agropecuária
Assumi previamente o compromisso de vender alguma parte da produção	Sim	26,97%	39,90%
	Não	73,03%	60,10%
Vendeu parte da produção principal desse trabalho?	Sim	78,52%	86,11%
	Não	21,48%	13,89%
Destino da venda da produção	Empresa	21,60%	36,89%
	Cooperativa	8,90%	12,10%
	Governo	0,30%	0,29%
	Proprietário do bem utilizado para o empreendimento	0,31%	0,40%
	Intermediário particular	47,60%	40,75%
	Consumidor direto	20,55%	8,64%
	Outros	0,74%	0,94%

Fonte: PNAD 2008 Elaboração: Disoc/lpea

As proporções entre as formas de destino da produção da agricultura familiar e dos empregadores na agricultura são parecidas: em ambas, a maior proporção do destino da produção está nos intermediários particulares. Por outro lado, um quinto dos agricultores familiares destina sua produção diretamente ao consumidor final. Este dado é importante, pois reforça a condição de produtora de alimentos da agricultura familiar, além de ser um forte indício da integração da agricultura familiar com o comércio local. Por outro lado, apenas 8% da produção dos empregadores na agricultura têm por destino direto o consumidor final. Outro dado relevante está relacionado ao cooperativismo: apenas 9% dos agricultores familiares destinam sua produção para cooperativas, o que pode ser uma evidência da pouca organização entre os agricultores familiares e de sua conseqüente dependência em relação a intermediários.

Considerações finais

É condição imprescindível à formatação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural o aprimoramento constante das informações relativas aos modos de vida e produção da população do campo. Desde 2004, a PNAD cobre todo o meio rural brasileiro; e este avanço considerável foi largamente completado este ano com a publicação do Censo Agropecuário de 2006.

As duas pesquisas, embora tenham características diferentes e atendam a objetivos específicos, têm importantes pontos de interseção e de complementaridade. Os dados relativos à população rural na PNAD – a constatação da baixa escolaridade, das precárias condições de moradia, dos reduzidos níveis de renda e remuneração do trabalho das famílias residentes no campo – oferecem uma ilustração ao que talvez tenha sido a principal questão social revelada pelo Censo: a persistência de uma estrutura fundiária fortemente concentradora.

Entre os anos de 1930 e 1980, o processo brasileiro de industrialização promoveu uma completa inversão de proporções entre a população do campo e a população da cidade. A dinâmica da modernização econômica, que engendrou a acelerada urbanização do País, teve, nas áreas rurais, um caráter conservador: transformou a base técnica da produção, obrigando a mão de obra a migrar para as cidades, sem contudo alterar o padrão fundiário dominante. Hoje vivem, no meio rural, cerca de 30 milhões de brasileiros. Esse número corresponde a pouco mais de 16% de toda a população do País. A diferença em relação ao tamanho da população das cidades, amplamente majoritária, tem por vezes suscitado a opinião de que a questão agrária perdeu muito de sua importância, e que a questão social se transferiu, junto com os milhões de trabalhadores migrantes, para a cidade.

Por outro lado, se, à parte a população urbana, se considerasse que esses 30 milhões de pessoas que vivem no meio rural constituíssem um país, este seria o quadragésimo mais populoso do mundo, e o terceiro da América do Sul, atrás de Brasil e Argentina. Trata-se, pois, de um numeroso contingente, e as dificuldades a que essa população está sujeita produzem, do ponto de vista social, grandes impactos.

O argumento segundo o qual a questão urbana prevalece hoje sobre a questão agrária não leva em consideração que muitos problemas presentes nas cidades – a pressão demográfica, o processo caótico de urbanização das periferias etc. – se explicam, ao menos em parte, pela não realização de uma reforma agrária, isto é, de uma verdadeira política pública de distribuição de patrimônio. O discurso que afirma a inexistência de demanda social por reforma agrária é o mesmo que apóia a criminalização de movimentos sociais de luta pela terra através dos quais essa demanda se torna mais explícita.

A expressiva repercussão do Censo Agropecuário 2006, os debates fortemente polarizados que a divulgação de seus resultados suscitou, e outras controvérsias relativas ao meio rural, como a proposta de reajuste dos índices de produtividade, confirmam, por si só, a permanência da questão agrária. Este texto procurou, a partir dos dados da PNAD 2008, analisar alguns dos aspectos socioeconômicos que dão a essa questão os seus contornos atuais.

5. Glossário

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PEA – População Economicamente Ativa

Disoc – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República

